

DOSSIÊ TEMÁTICO: Pesquisas em História da Educação: desafios passados e contemporâneos

 <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v16i38.5999>

O LUGAR E O ESTATUTO DA CRIANÇA ATRAVÉS DO PERIÓDICO “CADERNOS DE EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA”

THE PLACE AND THE STATUS OF THE CHILD THROUGH THE JOURNAL
"CADERNOS DE EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA"

EL LUGAR Y EL ESTATUTO DEL NIÑO A TRAVÉS DEL PERIÓDICO “CADERNOS
DE EDUCAÇÃO DE INFANCIA”

Helder Henriques

Instituto Politécnico de Portalegre, Ceis 20, Universidade de Coimbra – Portugal

Amélia Marchão

Instituto Politécnico de Portalegre – Portugal

Resumo: Neste artigo propomo-nos discutir o lugar da criança e do seu estatuto no quadro da pedagogia hodierna da infância, através de uma abordagem metodológica de inspiração sociohistórica com recurso a técnicas de análise de conteúdo dos discursos pedagógicos de um conjunto de personalidades entrevistadas no periódico *Cadernos de Educação de Infância*, que incluímos na imprensa pedagógica portuguesa e que, no caso, é da responsabilidade da única Associação de Profissionais de Educação de Infância em Portugal (APEI). O periódico tem publicação trimestral desde 1983 e é atualmente a única publicação portuguesa especificamente sobre educação de infância e sobre os seus profissionais, assumindo-se como um espaço de reflexão, de partilha, de análise e de investigação sobre uma educação de qualidade. Do vasto espólio de entrevistas publicadas selecionámos para análise oito entrevistas de personalidades portuguesas e de uma brasileira que encontramos numa revisitação aos números da publicação nos anos de 1996, ano que antecede a publicação das primeiras Orientações Curriculares para a Educação Pré-escolar (OCEPE) em Portugal, de 1997, ano em que para além dessa publicação é também promulgada a primeira Lei-Quadro para a Educação Pré-escolar em Portugal e do ano de 1998, ano sequente a estas publicações de referência. Através das vozes dos entrevistados tentamos: (i) identificar e compreender que discursos foram produzidos sobre o lugar e o estatuto da criança na pedagogia da infância; (ii) e refletir sobre a criança nos ideários pedagógicos em Portugal no período temporal identificado.

Palavras-Chave: Criança. Imprensa pedagógica. Pedagogia na infância.

Abstract: In this article we propose to discuss the place of the child and his / her status within the framework of current childhood pedagogy, through a methodological approach of sociohistorical inspiration using techniques of content analysis of pedagogical discourses of a set of personalities interviewed in the journal *Cadernos de Educação de Infância*, which we include in the Portuguese pedagogical press and which, in this case, is the responsibility of the only Association of Professionals of Childhood Education in Portugal (APEI). The journal has been published quarterly since 1983 and is currently the only Portuguese publication specifically on childhood education and its professionals, assuming itself as a space for reflection, sharing, analysis and research on quality education. From the

vast collection of published interviews, we selected for analysis eight interviews of Portuguese and Brazilian personalities that we found when revisiting the publication numbers in 1996, the year preceding the publication of the first Curricular Guidelines for Pre-school Education (OCEPE) in Portugal, 1997, year in which, in addition to this publication, the first Framework Law for Pre-school Education in Portugal and the year 1998, the year following these reference publications, is also published. Through the interviewees' voices we tried: (i) to identify and understand what discourses were produced about the place and status of the child in childhood pedagogy; (ii) and reflect on the child in the pedagogical ideas in Portugal in the identified time period¹.

Keywords: Child. Pedagogical press. Pedagogy in childhood.

Resumen: En este artículo nos proponemos discutir el lugar del niño y de su estatuto en el cuadro de la(s) pedagogía(s) hodierna(s) de la infancia, a través de un abordaje metodológico de inspiración socio histórica recurriendo a técnicas de análisis de contenido de los discursos pedagógicos de un conjunto de personalidades entrevistadas en el periódico *Cadernos de Educação de Infância*, que incluimos en la prensa pedagógica portuguesa y que, en este caso, es de la responsabilidad de la única Asociación de Profesionales de Educación Infantil en Portugal (APEI). El periódico tiene publicación trimestral desde 1983 y es actualmente la única publicación portuguesa específicamente sobre educación infantil y sobre sus profesionales, asumiéndose como un espacio de reflexión, de intercambio, de análisis y de investigación sobre una educación de calidad. Del vasto espolio de entrevistas publicadas seleccionamos para análisis ocho entrevistas de personalidades portuguesas y una brasileña que encontramos en una revisión de los números de la publicación del año 1996, año que antecede a la publicación de las primeras Orientaciones Curriculares para la Educación Preescolar (OCEPE) en Portugal, de 1997, año en que además de esa publicación se publica también la primera Ley Marco para la Educación Preescolar en Portugal, y del año 1998, año siguiente a estas publicaciones de referencia. A través de las voces de los entrevistados intentamos: (i) identificar y comprender qué discursos fueron producidos sobre el lugar y el estatuto del niño en la pedagogía de la infancia; (ii) y reflexionar sobre el niño en los idearios pedagógicos en Portugal en el período temporal identificado².

Palabras clave: Niño. Prensa pedagógica. Pedagogía en la infancia.

Introdução

A imprensa pedagógica assume um papel fundamental na produção e estruturação do pensamento pedagógico no âmbito da História da Educação, advindo essa importância da possibilidade de múltiplas análises das temáticas do foro educativo, nomeadamente de questões ligadas às profissões da educação, às instituições, às práticas pedagógicas, à circulação de ideias, à presença da voz do estado, à voz das crianças, entre outras.

Segundo Hernández Díaz (2018) a imprensa pedagógica “puede manifestarse en ámbitos educativos muy plurales y diversificados” (p. 11), tal como é reconhecido ao longo dos tempos por diferentes instrumentos científicos que foram identificando e configurando os

¹ Tradução de Vanda Ribeiro, docente do Instituto Politécnico de Portalegre.

² Tradução de Cordélia Santinho, docente do Instituto Politécnico de Portalegre.

vários tipos de imprensa pedagógica - no caso português podem, neste sentido, observar-se os trabalhos de António Nóvoa (1993), Carlos Manique (2010) e Áurea Adão (2012).

De modo sumário, o trabalho de Nóvoa (1993), “*A imprensa de educação e ensino. Repertório analítico (séculos XIX e XX)*”, obedeceu a um conjunto de critérios que permitiram construir uma “ficha-mestre” com a imprensa de educação e ensino e pedagógica portuguesa considerada, pelos investigadores, fundamental, adequada e pertinente no que ao estudo da problemática educativa diz respeito.

O trabalho de Manique (2010) centrou-se nas publicações periódicas do Ministério da Educação num arco temporal que se desenvolveu entre 1861 e 2009 e a sua análise foi efetuada sobre os jornais e as revistas que foram publicados no âmbito dos serviços centrais e regionais do Ministério da Educação. Assume a importância do entendimento do “discurso do Estado” na construção e divulgação de políticas educativas, modelos pedagógicos, aspetos reformadores do próprio Ministério da Educação, entre outros aspetos que o autor identificou (MARCHÃO; HENRIQUES; HERNÁNDEZ DÍAZ, 2018).

O trabalho de Áurea Adão (2012) centrou-se num período político específico, o Estado Novo, com incidência no período que decorreu entre meados da década de 40, do século XX, e início do marcelismo. O trabalho da autora não se circunscendeu à imprensa pedagógica e de educação e ensino mas ofereceu aos investigadores em História da Educação o estudo e a compreensão das questões educativas a partir da imprensa diária de âmbito nacional e regional.

Como refere Hernández Díaz:

[...] una publicación periódica puede ser considerada como pedagógica de forma específica cuando en su secuencia temporal mantiene un criterio de atención y estudio expresamente interesado en asuntos que afectan a los procesos de la educación, dentro de la institución escolar o en otras diferentes, pero también educativas y formativas. (2013, p. 16)

No âmbito da imprensa pedagógica, o autor considera a especificidade da imprensa de professores e para professores, na qual inscrevemos os *Cadernos de Educação de Infância* (CEI), periódico publicado em Portugal desde 1987³, da responsabilidade da Associação de Profissionais de Educação de Infância em Portugal (APEI) e que servem de mote ao estudo que apresentamos neste artigo.

³ Na página da internet da APEI, <http://www.apei.pt/edicoes/cei/index.php?sort=0> informa-se que se trata de uma publicação de 1983; no entanto e, segundo a página <http://www.apei.pt/edicoes/cei/index.php?sort=1987> o n. 1 dos CEI aparece inscrito no ano de 1987. Páginas consultadas em 10 de janeiro de 2019.

Do ponto de vista metodológico, optamos por uma abordagem analítica de matriz sócio-histórica, com recurso a técnicas de recolha e análise de dados inscritos nos *Cadernos de Educação de Infância* em articulação com diversos autores, previamente identificados, que assumem a imprensa pedagógica como elemento fundamental à compreensão das diferentes realidades educativas e do pensamento pedagógico em Portugal. Nesse sentido, procedeu-se à identificação e seleção de um conjunto de oito entrevistas publicadas na revista *Cadernos de Educação de Infância* que cumpriram os critérios temporais inicialmente previstos na construção deste artigo, ou seja o período imediato (antes e depois) à publicação da Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar (1997). Assim, atendendo a duas dimensões de análise (entrevistados e temáticas educativas) e aos objetivos identificados para este estudo - (i) identificar e compreender os discursos produzidos sobre o lugar e o estatuto da criança na pedagogia da infância; (ii) e refletir sobre a criança nos ideários pedagógicos em Portugal em 1996, 1997 e 1998 - procurou-se realizar uma interpretação cuja inscrição temporal ocorre num momento de mudança estrutural para a Educação de Infância em Portugal em meados da década de 90 do século XX.

Imprensa pedagógica enquanto fonte de reconstituição da história da educação: o caso dos *Cadernos de Educação de Infância*

A imprensa pedagógica, no dizer de Nóvoa (1993), é “[...] o melhor meio para apreender a multiplicidade do campo educativo [...]” (p. XXXII) e, na senda da ideia do autor, através da imprensa podemos identificar múltiplas facetas do processo educativo quer numa perspetiva interna do sistema educativo quer no que respeita ao “[...] papel desempenhado pelas famílias e pelas diversas instâncias de socialização das crianças e dos jovens. A imprensa constitui sem dúvida, uma das melhores ilustrações da extraordinária diversidade que atravessa o campo educativo” (NÓVOA, 1993, p. XXXII).

Hernández Díaz (2018a) afirma também o valor da imprensa pedagógica, destacando-a como uma fonte necessária e um recurso de garantia para o historiador da educação

[...] reconocido en la historiografía mundial desde que la corriente de los Annales, a partir de 1929, rompe las barreras rígidas establecidas hasta entonces sobre el concepto de documento útil para el historiador propio de posiciones científico, sociales muy inmovilistas. De ahí la importancia de elaborar y difundir repertorios de prensa pedagógica al servicio de los investigadores, como ya se viene practicando en diferentes países de nuestro entorno. (HERNÁNDEZ DÍAZ, 2018a, p. 12-13)

António Nóvoa, em a “*Imprensa de Educação e Ensino. Repertório analítico (Séculos XIX-XX)*” (1993)⁴, reconhece a natureza da informação que podemos obter através da imprensa e que, muitas vezes, reflete de modo próximo acontecimentos que nos permitem reconstituir as ligações entre as orientações provindas do estado e as práticas produzidas no contexto da sala de aula, sendo a imprensa um “[...] lugar de uma afirmação em grupo e de uma permanente regulação colectiva [...]” (NÓVOA, 1993, p. XXXII) e, muitas vezes, a expressão de “[...] muitas das melhores vozes da pedagogia portuguesa [...]” (p. XXXII).

Podendo ser considerada como um objeto de estudo autónomo, no dizer do autor citado, a imprensa pedagógica pode contribuir para a “[...] renovação conceptual e metodológica da História da Educação.” (NÓVOA, 1993, p. XXXIII).

Neste decurso, entendemos a importância do estudo da imprensa pedagógica, num sentido plural e diversificado, como meio da reconstituição da História da Educação, por via da desocultação das políticas educativas, dos modos de fazer pedagogia, dos modelos de formação dos profissionais, entre outros aspetos educativos. Como diz Hernández Díaz “[...] la prensa se ofrece como un recurso de uso obligatorio para los historiadores de la educación en la mayoría de investigaciones que emprendan para la etapa contemporánea” (2018, p. 14).

A imprensa pedagógica constitui uma fonte e um instrumento central para a compreensão da complexidade educativa. A diversidade da informação ali encontrada permite compreender e/ou interpretar realidades institucionais, ideários pedagógicos, aspetos relacionados com a circulação de ideias, colher elementos biográficos, encontrar referências a professores, alunos, entre muitos outros aspetos e atores (de que são exemplo os professores) que definem “a” problemática educativa.

Na diversidade da imprensa pedagógica, Hernández Díaz (2018a) considera a imprensa para professores “[...] compañera de fatigas e ilusiones educativas, es un modelo de prensa pedagógica específica, distinto al de otras iniciativas educativas que también tienen su prensa periódica y publicaciones” (p. 11). O autor afirma ainda que esta imprensa é dos professores porque uma boa parte é escrita e gerida pelos próprios profissionais, que em maioria são educadores e professores dos primeiros níveis ou são professores do ensino superior.

Es para los profesores, porque para ellos está escrita, en sus códigos propios, recogiendo sus preocupaciones e intereses, sean de tipo legislativo o metodológico, cuando no de orden salarial o sobre las condiciones de vida,

⁴ Um dos repertórios a que Hernández Díaz (2018a) se refere.

sobre intercambios de puestos laborales solicitados o sobre debates de fondo de asuntos teóricos de la educación. (HERNÁNDEZ DÍAZ, 2018a, p. 12).

Assim, a imprensa pedagógica pode ser considerada um instrumento ao serviço dos educadores e dos professores no sentido do seu desenvolvimento profissional, com um sentido individual e coletivo, com uma missão informativa e formativa e com um sentido pedagógico inovador; mas, por vezes, pode também ser um veículo de ideias que o Estado quer fazer passar. Porém, num regime democrático, o educador ou o professor sabem que a imprensa pedagógica é um poderoso instrumento informativo e formativo, que aborda problemas sociais e da escola, dos alunos e dos docentes. “Es decir, el uso didáctico de la prensa en el aula de clase forma parte del cotidiano pedagógico del buen profesor, en sus muchas variantes y usos” (HERNÁNDEZ DÍAZ, 2018 a, p. 12).

No *Repertório* dirigido por António Nóvoa (1993), a imprensa para professores é também identificada como uma das categorias de análise quando o investigador da história sobre ela se debruça, considerando o autor que a categoria resulta de um critério taxonómico que considera o tema principal da publicação.

No período incluído nesse *Repertório*, a categoria professores é a que inclui um maior número de títulos (NÓVOA, 1993), “[...] agrupando os periódicos que testemunham a expressão social dos agentes educativos enquanto grupo” (p. XLVII), destacando o autor que “num arco temporal de quase dois séculos, assiste-se à afirmação progressiva de um corpo profissional organizado e às metamorfoses que a história política e cultural foi tecendo na sua imagem, função e poder” (NÓVOA, 1993, p. XLVII).

Os *Cadernos de Educação de Infância* (CEI), com uma publicação inicialmente trimestral⁵ e que evoluíram para uma publicação quadrimestral⁶, são uma das revistas consideradas no *Repertório* (IDEM, 1993), informando na ficha de análise n.º 108 (p. 189) que os CEI resultam da iniciativa da Associação de Profissionais de Educação de Infância (APEI)⁷, tentando corresponder

a uma exigência dos educadores, pela importância do trabalho que, neste campo, se vem realizando desde há longos anos pelo País fora, pela necessidade de dar a conhecer e pelo gosto de o partilhar com os que, com entusiasmo, se dedicam à tarefa da educação [...] (M.J.J., n.º 1, Jan.-Fev.-Mar., 1987). (NÓVOA, 1993, p. 189).

⁵ Até 2006.

⁶ A partir de 2006 até à atualidade.

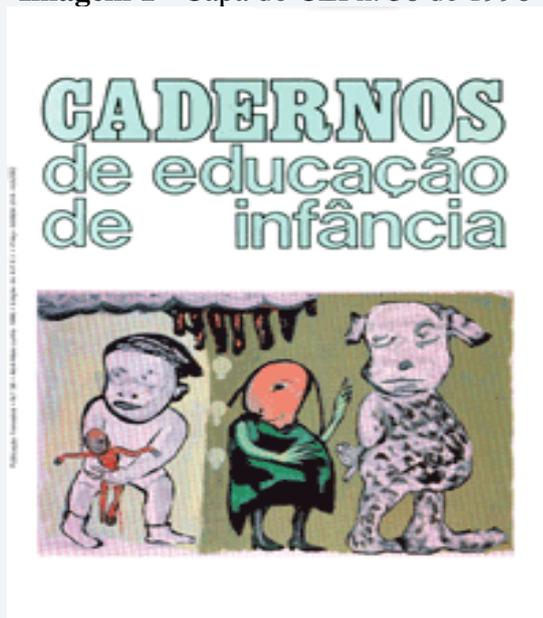
⁷ Única associação de Educadores de Infância em Portugal, criada em 1983.

Nóvoa recupera também as intenções da APEI com a edição dos CEI, apresentando na ficha de análise a informação que é constante do n.º 1/1988 dos CEI, e que refere que a APEI deseja que os cadernos sejam:

- a possibilidade de dar voz a todos os educadores, de tal modo que nenhum projecto pedagógico fique sem divulgação ou sem proveito para todos, por não haver um espaço próprio para o dar a conhecer;
- um espaço onde cada educador possa encontrar eco dos seus interesses e das suas questões;
- uma aposta de solidariedade entre os próprios Profissionais de Educação de Infância que desejam com a sua criatividade, e porque não, disponibilidade, pôr a render os seus talentos;
- um contacto com os que estão longe dos grandes centros;
- um instrumento que ajude os profissionais de educação a questionar a sua prática para enriquecer a sua intervenção;
- um ponto de partida para uma nova dinâmica de renovação e de conscientização profissional, que nos leve a abrir novos caminhos no Caminhar que é Re-Inventar novas propostas de Educação de Infância (Maria José Jardim, n.º 1, Jan.-Fev.-Mar. 1988). (NÓVOA, 1993, p. 189).

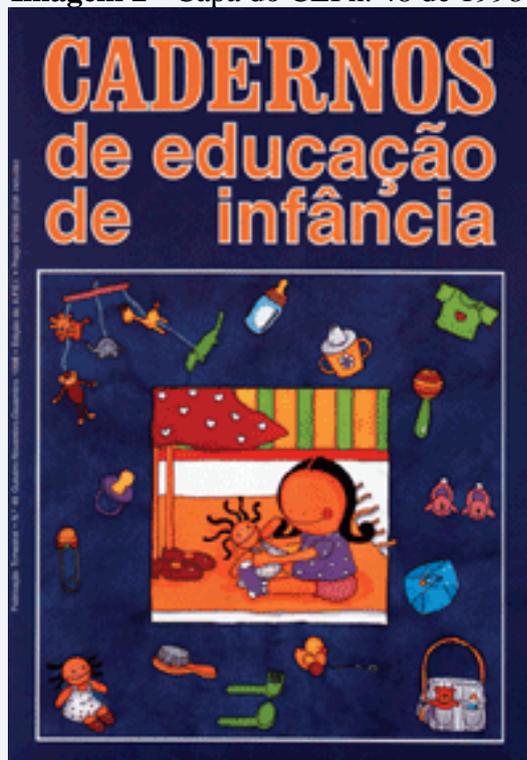
Os CEI, revista de educadores para educadores, como é assumida pela própria APEI, segundo a análise de Nóvoa articulam no seu conteúdo a reflexão teórica com as práticas e as experiências educativas, constituindo-se num importante espaço de afirmação social e profissional dos educadores de infância, constituindo-se igualmente numa publicação de relevado interesse no âmbito das Ciências da Educação.

Imagem 1 - Capa do CEI n. 38 de 1996⁸



Fonte: <http://www.apei.pt/edicoes/cei/index.php?ide=132&sort=1996>

⁸ Primeira revista do lote em análise neste artigo.

Imagem 2 - Capa do CEI n. 48 de 1998⁹

Fonte: <http://www.apei.pt/edicoes/cei/index.php?ide=122&sort=1998>

Ainda segundo a ficha do Repertório, os CEI têm uma estrutura muito estável, incluindo um Editorial, circunstanciado às problemáticas educativas e a questões da atualidade do sistema de ensino; incluem textos de abertura, artigos com uma profundidade teórica ou entrevistas a educadores e pedagogos, incluem reflexões e notícias “agrupadas em rubricas que se vão alterando ao longo da vida da revista” (NÓVOA, 1993, p. 189). Para além destas rubricas, a estrutura dos CEI, em função da sua evolução, integra outras rubricas, como Educação no mundo, Pontos de vista, entre outras.

Nas palavras de uma das fundadoras dos CEI, Maria da Conceição Moita, em entrevista concedida aos CEI e publicada no n.º 43 de 1997, a publicação distingue-se pela tentativa de suprimir a lacuna existente, pela falta de publicações referidas à educação de infância e aos seus profissionais, salientando que

A ideia inicial era ambiciosa. Pretendia-se que os CEI fossem um recurso e uma provocação, enquanto veículo de cultura, enquanto espaço aberto à mais ampla reflexão educativa e por isso não restrito, enquanto espaço de divulgação de pesquisa em educação de infância, espaço de colaboração de educadores e relatos de experiências nos mais diversos contextos institucionais e sociais; espaço de informação pertinente e debate sobre

⁹ Última revista do lote em análise neste artigo.

práticas educativas; espaço para reflectir sobre a cultura da classe profissional, abrindo-a ao mesmo tempo a um profissionalismo mais rigoroso e fundamentado (CEI, n.º 43, 1997, p. 6).

A mesma cofundadora afirma na mesma entrevista que a estrutura e conteúdo dos CEI têm vindo a evoluir, incluindo

[...] novas rubricas e as temáticas dos artigos apontam, de facto, e mais uma vez para essa reflexão alargada e não restritiva; centra a educação de maneira alargada e não restritiva; centra a educação de infância no seu pólo mais alargado; não se limita à descrição de pequenas práticas miudinhas, mas pretende abrir horizontes para as grandes questões que se colocam a qualquer educador. Essa é uma característica da nossa revista muito interessante (CEI, n.º 43, 1997, p. 6).

Os CEI são publicados, ainda hoje, em formato papel, mas a estrutura/índice de cada número é divulgado na página da internet da APEI¹⁰, encontrando o leitor também informações sobre a revista. A APEI informa que ao longo de mais de 25 anos os CEI publicaram mais de 1000 artigos centrados nas práticas educativas, na investigação, ou em análises mais particulares de especialistas nacionais e internacionais. Igualmente destaca que os CEI

[integram] entrevistas, artigos científicos, opiniões e muitas notícias sobre o que acontece na educação de infância, enquadradas em edições impressas de grande qualidade gráfica e editorial, de onde se destacam todas as capas, fruto da colaboração gratuita de inúmeros ilustradores, fotógrafos, artistas gráficos, pintores e artistas plásticos em geral, são um precioso fundo para o estudo e compreensão da Educação de Infância em Portugal, ao longo dos últimos 30 anos (CEI, 1996).

Por todas estas características e intenções, os CEI constituem uma fonte que os interessados na História da Educação ou na Educação de Infância em particular não podem deixar de consultar e considerar na reconstituição da história e na consideração do presente e do futuro da educação em Portugal, pois como considera Hernández Díaz

La prensa pedagógica se ha convertido para el estudioso del pasado educativo, para el investigador en la historia de la educación, en un campo de trabajo y de investigación imprescindible para comprender la historia contemporánea, siempre que pueda combinarse con otras vías documentales

¹⁰ Disponível em: <http://www.apei.pt/>. Acesso em: 20 jan.2019.

icônicas, orales, materiais, según las circunstancias y temática de la investigación (2018 a, p. 12).

Apresentação e análise de dados

Como antes enunciamos, centramos a nossa análise num conjunto de oito entrevistas apresentadas nos *Cadernos de Educação de Infância* (CEI), publicadas nos anos de 1996, 1997 e 1998. As personalidades entrevistadas identificam-se na Tabela n.º 1.

Tabela 1 - Identificação dos entrevistados, por CEI e ano de publicação

CEI n.º	Ano	Personalidade entrevistada	Nacionalidade do/a entrevistada	Funções do entrevistado à data
38	1996	Rui Canário	Portuguesa	Professor na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, área Ciências da Educação
39	1996	Teresa Vasconcelos	Portuguesa	Diretora do Departamento de Educação Básica do Ministério da Educação. Professora da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Lisboa
40	1996	Jorge Listopad	“Checa”, com nacionalidade também portuguesa e a residir em Portugal desde	Professor, encenador, escritor, poeta
42 (abril/maio/junho)	1997	Paulo Freire	Brasileira	Pedagogo
43	1997	Maria da Conceição Moita	Portuguesa	Educadora de Infância e Formadora na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Lisboa. Fundadora dos CEI
45	1998	João Brites	Portuguesa	Artista plástico, cenógrafo, encenador, dramaturgo
46	1998	João Barroso	Portuguesa	Professor na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, área Ciências da Educação
47	1998	Marçal Grilo	Portuguesa	Ministro da Educação
48	1998	Maria Joaquina Almeida	Portuguesa	Diretora Geral de Ação Social do Ministério do Trabalho e Solidariedade Social

Fonte: elaboração dos autores, a partir da informação adstrita a cada entrevista nos CEI

Os entrevistados, como se verifica pela leitura da Tabela n.º 1, são, sobretudo, de nacionalidade portuguesa, excetuando-se Paulo Freire, pedagogo brasileiro de amplo reconhecimento internacional falecido em 2 de maio de 1997, e Jorge Listopad (professor, encenador, escritor e poeta), personalidade com dupla nacionalidade.

Sobre a entrevista a Paulo Freire, refere-se na primeira página da mesma que se trata da publicação de um artigo de José Pedro Serafim, cedido pelo jornal Público em 4 de maio de 1997 (CEI, n.º 42, 1997), informando em nota de destaque: “Com a morte de Paulo Freire, (...) em São Paulo, desaparece um dos grandes pedagogos do século. [...] Numa entrevista recentemente concedida à Lusa, fez o balanço das suas ideias” (CEI, n.º 42, 1997, p. 5). Deduz-se, por tais palavras, que os CEI, reconhecem a importância de Paulo Freire e lhe prestam homenagem divulgando as suas palavras e ideias aos educadores portugueses, com a republicação da entrevista antes cedida a uma agência de notícias e publicada num jornal de tiragem nacional.

A partir da Tabela 1, verificamos que os entrevistados exercem funções académicas no ensino universitário e politécnico na área das ciências da educação e da formação de educadores e professores e na área artística e três deles exercem cargos políticos (nomeadamente ministro da Educação, diretora do Departamento de Educação Básica do Ministério da Educação e diretora Geral de Ação Social do Ministério do Trabalho e Solidariedade Social). Destaca-se também a presença de dois entrevistados da área artística.

A Tabela 2 plasma os temas centrais das entrevistas.

Tabela 2 - Áreas das entrevistas

Entrevistados	Tema central da entrevista
Rui Canário	Formação dos profissionais
Teresa Vasconcelos	Funções do cargo exercido, dificuldades e desafios do exercício do cargo, da educação pré-escolar e do programa de expansão desta
Jorge Listopad	Cumplicidades entre o entrevistado e os educadores portugueses
Paulo Freire	Da pedagogia, do neoliberalismo e da falência do socialismo real
Maria da Conceição Moita	Cadernos de Educação de Infância
João Brites	Comunicar, no teatro, na educação, entre nós
João Barroso	Autonomia e gestão das escolas e das distâncias que vão entre um trabalho científico e de investigação e as decisões políticas
Marçal Grilo	Educação Pré-escolar
Maria Joaquina Almeida	Creche

Fonte: elaboração dos autores a partir da análise das entrevistas

Os temas centrais das entrevistas focam aspetos diretos ou de projeção da educação pré-escolar, distribuindo-se entre as questões da política educativa, da formação dos seus profissionais, da autonomia e gestão das instituições educativas/escolares e da pedagogia da infância. Também, pelo leque de funções desempenhadas pelos entrevistados (desde académicos a políticos com funções decisivas no âmbito das políticas educativas), percebe-se a valorização e o impacto das políticas educativas para o sector pré-escolar nos finais do século XX. Recorda-se a propósito que o ano de 1996, 1997 e 1998 iniciam, em Portugal, uma nova era na educação pré-escolar – foi criado um Plano de Expansão para a Educação Pré-escolar, foi criada a Lei-quadro da Educação Pré-escolar¹¹ que a definiu como a primeira etapa da Educação Básica e foram criadas as primeiras Orientações Curriculares para a Educação Pré-escolar¹². A educação pré-escolar, desde então, passou a ser

[...] percebida como base de sustentação para a aprendizagem ao longo da vida – e simultaneamente, como um serviço social básico. Um serviço educativo indissociável de uma componente social, sendo que é precisamente a sua essência que a diferenciam de outros serviços de apoio a crianças. (FERREIRA; MOTA, 2014, p. 45).

Na análise refinada a cada uma das entrevistas, e não esquecendo os nossos dois objetivos principais (identificar e compreender que discursos foram produzidos sobre o lugar e o estatuto da criança na pedagogia da infância; e refletir sobre a criança nos ideários pedagógicos em Portugal no período temporal identificado), encontramos referências à palavra criança, ou a termos como educação pré-escolar/jardim de infância (ou similar) e à palavra pedagogia.

Nas várias entrevistas, mesmo que não referido de forma explícito e dado o tema central de cada uma delas, é possível identificar o lugar e o estatuto da criança na pedagogia da infância. Assim, quer no discurso dos entrevistados (sejam os académicos, os que exercem cargos políticos ou os “artistas”) a criança, dos anos noventa, aparece como figura de destaque quer nos contextos educativos quer em termos sociais e da política educativa, bem como é associada ao processo de educação circunstanciado no tempo, ou ao longo da vida. Começando por evidenciar a educação como um processo ao longo da vida, na primeira entrevista analisada, Rui Canário, diz:

A educação desenvolve-se ao longo da vida inteira, portanto a educação permanente não tem a ver só com os adultos, tem a ver com a articulação dos

¹¹ Lei-Quadro da Educação Pré-escolar: Lei n.º 5/97.

¹² Orientações Curriculares para a Educação Pré-escolar: Despacho n.º 5220/97.

vários modos de aprendizagem, as várias situações formativas que as pessoas vivem ao longo da vida. (CEIS n.º 38, 1996, p. 5)

sendo que a educação se deve perspetivar num sentido ecológico, afirmando o entrevistado que

[...] há experiências em Portugal, no domínio da educação de infância, que são exemplares, digamos, desse carácter ecológico das aprendizagens, em que há situações em que estão envolvidas as crianças, as famílias, os educadores e se trata de um processo formativo para toda a gente (CEIS n.º 38, 1996, p. 7).

A partir do discurso de Canário antevia-se a consagração da educação pré-escolar (educação da criança dos 3 aos 6 anos) como a primeira etapa da Educação Básica, e ao longo da vida, como o próprio entrevistado a consignou.

Também a entrevista de João Barroso aponta a necessidade de encarar a educação no sentido ao longo da vida, salientando o entrevistado, também a propósito da aprendizagem em contexto, que as crianças ganham com a continuidade dos processos educativos.

Se as escolas que servem uma mesma população se centrarem nos problemas das crianças e dos jovens dessa região, tornam-se sensíveis à necessidade de preservarem a continuidade do crescimento e da vida dessas crianças e desses jovens [...]. Por isso, as escolas de graus de ensino distintos percebem [...] que têm de se articular (ao nível da gestão, do currículo, etc.) para garantir a coerência e a continuidade dos processos de ensino ao longo da vida dos seus alunos (CEIS n.º 46, 1998, p. 8).

Tais ideias, sobre a necessidade de não entender a fase pré-escolar como uma fase isolada da vida da criança, representam algumas das grandes preocupações pedagógicas ainda hoje centrais na discussão da pedagogia da infância, que se quer em continuidade educativa seja ela na horizontalidade dos processos de ensino seja na verticalidade dos mesmos, sendo tal preocupação objeto da legislação curricular para a educação pré-escolar publicada em 1997 e ainda em vigor, ou fazendo parte dos discursos de vários investigadores portugueses ao longo dos últimos anos já do século XXI, como é caso, entre outros, de Cardona (2006), de Marchão (2012), de Formosinho, Monge e Oliveira-Formosinho (2016).

Associada essa visão de educação ‘ao longo da vida e em continuidade’ ao sentido da pedagogia da infância, e ao lugar e ao estatuto da criança, as entrevistas deixam perceber a necessidade de criar uma pedagogia que faça da criança uma pessoa com um dado cosmopolitismo, a partir do acesso a uma educação pré-escolar com qualidade educativa e intencionalizada por profissionais da infância com perfis e competências geradoras desse

cosmopolitismo ou capacidade de adaptação e integração aos valores sociais e às culturas diversificadas. Neste sentido, destacam-se as palavras de Teresa Vasconcelos, quando a então diretora do Departamento de Educação Básica referia, a propósito das Orientações Curriculares para a Educação Pré-escolar que o Ministério da Educação haveria de homologar em 1997, a preocupação com a intervenção das educadoras na área da literacia com as crianças. Dizia Vasconcelos:

Não se trata de ensinar os meninos a ler, escrever e contar mas questionarmo-nos. Como é que o pré-escolar pode intencionalizar essas questões sabendo as dificuldades que os meninos têm? [...] Como é que pode educar as crianças para as questões da educação multicultural?, ou melhor ainda, intercultural? (CEIS n.º 39, 1996, p. 29-30).

Ainda no mesmo âmbito, se salientam as preocupações do então Ministro da Educação, Marçal Grilo, também um dos entrevistados, quando afirma:

Eu acho que o pré-escolar como integração e como abertura dos miúdos é fundamental. O livro *Tudo o que aprendi no jardim de infância* é um livro verdadeiramente notável, porque o autor, entre outras coisas, nunca fala em aprender a ler ou a escrever. Ele fala nos valores, na socialização, os comportamentos, é o respeito pelos outros, aquelas coisas que se aprendem no pré-escolar (CEIS n.º 47, 1998, p. 8).

As palavras de Marçal Grilo, também à semelhança das de Teresa Vasconcelos, afirmam a necessidade de uma educação pré-escolar como “*locus* de cidadania” (Henriques & Marchão, 2016), o que determinará esse cosmopolitismo e agência da criança, que nos dias de hoje são apontados, conjuntamente com o sentido de uma cidadania democrática, como o cerne da pedagogia da infância para o século XXI. Relembrando as palavras de Vasconcelos, e como exemplo, atente-se: “[...] Como é que o pré-escolar pode intencionalizar as questões da educação para a cidadania?” (CEIS n.º 39, p. 29), reforçando a entrevistada a ideia de criança com um estatuto de cidadã no presente e no futuro, quando diz:

[...] Para a protecção do ambiente? Trata-se de áreas de uma vulnerabilidade enorme que nós sabemos serem decisivas no desenvolvimento da criança. [...] Ou para a saúde, muito bem. Penso que tanto o pré-escolar como o 1.º ciclo podem, apesar das dificuldades que têm, fazer tanto pelos meninos... E sobretudo muito pelos meninos que em termos das hipóteses familiares, ou das experiências socioculturais têm menos possibilidades (CEIS n.º 39, 1996, p. 30).

Algumas destas preocupações da então Diretora do Departamento de Educação Básica do Ministério da Educação tiveram algum eco nas Orientações Curriculares para a Educação Pré-escolar publicadas no ano seguinte ao da publicação da entrevista. No entanto, o eco mais evidente destas preocupações acaba por ser o ano de 2016, quando esse documento curricular é revisto e dá lugar às Orientações Curriculares atualmente vigentes em Portugal (SILVA, MARQUES; MATA; ROSA, 2016).

Depreende-se também um sentido inclusivo afirmado por Vasconcelos, mas também por outros entrevistados, devendo a educação pré-escolar educar todas as crianças com sentido de equidade e de igualdade de oportunidades, no sentido da criança-pessoa com valores de vida democrática. Estes valores são também afirmados na entrevista dada por Paulo Freire, quando nos fala da sua pedagogia e da necessidade de promover a autonomia da pessoa e do reconhecimento da sua identidade cultural. Esse sentido inclusivo é também visível nas palavras de Maria Joaquina Almeida, quando a entrevistada refere que “a escola tem que ser uma escola inclusiva e integradora; portanto, tem de ter em conta a criança na sua situação, na sua circunstância” (CEIS n.º 48, 1998, p. 5) e “[...] o que nós queremos é a qualidade de vida das crianças e que elas tenham as melhores condições para crescerem com sucesso” (CEIS n.º 48, 1998, p. 6).

Uma criança cosmopolita, com sentido orientado para a sua relação com o mundo não pode deixar de ser uma criança que comunica e se deve relacionar com a arte, e nesse sentido, na entrevista de Jorge Listopad ou de João Brites, são feitas declarações que nos levam a afirmar que no centro da pedagogia da infância, nos anos noventa, estes entrevistados destacam a importância do confronto e da vivência da criança em ambientes culturalmente ricos. A este propósito refere Brites que a comunicação da criança é tão viva e intensa que os adultos não a podem deixar apagar e devem enriquecê-la de maneira a que a criança não perca qualidades, respeitando a diversidade. Afirma BRITES, a ilustrar o seu pensamento, que “há crianças que gostam muito do sombreado, do branco e preto, e não têm obrigatoriamente que gostar de cor” (CEIS n.º 45, 1998, p. 5) e acrescenta que

Todos pretendemos que as crianças sejam o mais emancipadas possível, no sentido de serem cidadãs mais actuaentes, mais intervenientes, mais inteligentes, mais perspicazes, e que se deixem enganar cada vez menos, que lutem pelas coisas mais bonitas e mais dignas. Todas essas aquisições passam, também, por confrontarmos a criança com o teatro, com a música, a dança, a pintura e ter a coragem de a confrontar precisamente com o que não é totalmente explícito ou decifrável (CEIS n.º 45, 1998, p. 5).

Listopad afirma a seriedade da criança e refere que quando escreve para as crianças

[...] o processo é mais complexo. Sem fazer compromisso com a própria escrita quero que a criança compreenda... a palavra e as ideias. [...] A criança tem essa capacidade de ver com os olhos de ver, e sentir com a abertura absoluta” (CEIS n.º 40, 1996, p. 7).

Afirma deste modo a aceitação de uma criança com competência para ver e sentir, emancipada e cidadã atuante, inteligente que deve ser confrontada, no seu percurso educativo, com o mundo das artes, esbatendo a educação pré-escolar as diferenças entre as crianças oriundas de famílias com estatuto mais privilegiado das oriundas de meios menos privilegiados e carenciados.

A representação que estes dois homens das artes têm sobre a criança, sobre a importância da relação da criança com contextos vocacionados para a comunicação e com a expressão artística e as artes, tem vindo no século XXI a encontrar cada vez mais eco, sendo disso exemplo as hodiernas Orientações Curriculares para a Educação Pré-escolar (Silva, Marques, Mata & Rosa, 2016) e a pedagogia-em participação (Oliveira-Formosinho, 2007; Oliveira-Formosinho & Formosinho, 2013), que neste início do século XXI é cada vez mais sistematizada como uma linha de trabalho nos jardins de infância portugueses.

Ao longo das entrevistas, de modo mais notório em algumas delas (Canário, Vasconcelos, Barroso, Marçal Grilo) aborda-se que a educação pré-escolar não deve ter um sentido escolarizante. O lugar da criança e o seu estatuto não a determinam como ‘ser escolar’, mas como pessoa que tem direito, seja em contextos educativos de origem pública ou privada/particular, ao seu desenvolvimento global, integrando as dimensões biológicas, psicológicas ou sociais.

Marçal Grilo chama inclusive a atenção para o perigo de uma eventual escolarização precoce da criança, quando afirma que “[...] isso é o pior que pode acontecer” (CEIS n.º 47, 1998, p. 8) e que é exigido que as educadoras de infância têm de ser profissionais que pensem, pois

Isto é o mais fundamental. [...]. Ter um projecto na cabeça e saber o que querem dos meninos que são entregues à sua responsabilidade, ter a capacidade de fazer desabrochar os miúdos e pô-los em contacto com outros e ter métodos pedagógicos aceitáveis que permitam aos miúdos o interesse pelos livros, pela música.... Pode-se despertar o interesse pelos livros sem os pôr a ler, ou o gosto pelo desporto, pela música, pelo teatro ou o gosto pelas coisas bonitas. Tudo isto tem a ver com a actuação das educadoras, pois as educadoras são muito mais orientadoras do que professoras (CEIS n.º 47, p. 9).

Ainda nesta senda, Maria Joaquina Almeida afirma que a educação pré-escolar se centra no desenvolvimento da criança, na perspectiva da criança, sendo que podemos associar este aspeto à competência das educadoras. A competência das educadoras e a sua formação para um trabalho educativo de qualidade é destacado em algumas das entrevistas, referindo Maria da Conceição Moita, uma das fundadoras dos CEI que estes “podem ajudar os educadores a encontrar posturas autónomas, responsáveis, de resposta efectiva às necessidades das crianças e da comunidade, não prescindido obviamente da defesa dos seus direitos” (CEIS n.º 43, 1997, p. 8). A entrevistada fala ainda da necessidade de uma educadora informada e formada através de contributos nacionais, mas também internacionais, podendo inferir-se do discurso da entrevistada que a criança portuguesa ganha com uma educadora com conhecimentos sólidos, alargados e com um profissionalismo rigoroso e fundamentado.

Depreende-se da análise efetuada que, nos finais dos anos noventa (1996, 1997, 1998), pelo menos nos discursos dos entrevistados na única revista portuguesa dirigida a educadores de infância, a formadores e a outros interessados, que a educação de infância é considerada de muita importância na vida da criança. Fica também exposto no conjunto das entrevistas que se entende como determinante um conjunto de ações de política educativa que consolidem uma rede de serviços educativos que se destaquem pela sua qualidade, o que até então¹³, como referem Ferreira e Mota (2014) o Estado vinha desprezando, nomeadamente a sua função de promotor da rede pública da educação pré-escolar

[...] embora tenha garantido, a espaços, a expansão da rede escolar, não cuidou do direito a uma educação pré-escolar pública e gratuita e colocou em causa os princípios da democratização de ensino e da igualdade de oportunidades educativas. (FERREIRA; MOTA, 2014, p. 48).

Igualmente se considera, nesse âmbito, que a fase pré-escolar não é uma etapa isolada da vida da criança, antes é uma fase de um percurso mais alargado, ao longo da vida, e que deve ser perspectivado numa linha de continuidade. Estas ideias, em conjunto com o lugar e estatuto que a criança parece ocupar, também nas falas e nas intenções expressas dos entrevistados, remetem-nos para uma criança-pessoa com um dado cosmopolitismo, alicerçado numa educação de qualidade e que aconteça num contexto de cidadania, com

¹³ Considerando o período pós-democrático, décadas de 70, 80 e anos 90/até 1996 do século XX.

destaque para os valores da democracia, da autonomia e para o gosto e sentido estético. Ficou também explícita, no discurso dos entrevistados, a ideia de uma educação inclusiva, em equidade e igualdade de oportunidades, no esbate pelas assimetrias socioeconômicas e culturais, e de um processo de construção de uma rede educativa forte em termos de qualidade e geograficamente oportuna para o maior número de crianças.

Decorre igualmente das entrevistas a ideia de criança como pessoa-cidadã, a que os contextos de educação pré-escolar devem estar atentos na intencionalização de ações educativas que, numa história mais recente da educação de infância, sobretudo a partir de 1974¹⁴, colocam uma dimensão social nas práticas, sobrelevando-se à dimensão psicológica (MARCHÃO; HENRIQUES, 2018). Os discursos analisados subscrevem essa tendência e, como referem Marchão e Henriques (2018), essa tendência traduz-se num trabalho educativo-pedagógico assente não só em alicerces advindos da psicologia, mas também da sociologia, apostando na necessidade de tornar a criança como pessoa cosmopolita que se adapte a diferentes desafios e que se oriente numa relação positiva com o mundo, com a diversidade e a multiculturalidade.

Os finais dos anos 90, pelo menos a inferir dos discursos e do conhecimento da legislação e documentação curricular publicada para a educação pré-escolar em Portugal, constituíram-se como fundadores de uma pedagogia da infância que hoje investe na criança como figura central e onde a aceitação da sua agência se vem tornando uma realidade.

A finalizar esta análise relembram-se as palavras de Paulo Freire na entrevista incluída no CEI n.º 42 de 1997, assumindo-se a defesa de “uma prática educativa que discute, convida e insiste em que o educando se deve assumir como sujeito da História” (1997, p. 8).

Considerações finais

A imprensa pedagógica, como demonstrado ao longo deste artigo, é considerada uma inegável fonte de reconstituição da História da Educação em geral e da História da Educação de Infância em particular. Diferentes autores têm sobre ela trabalhado e desenvolvido uma análise consistente sobre a mesma, categorizando-a e estudando os seus contributos e o modo como através dela se podem reconstituir ideários, políticas, ações e opções educativas e profissionais no âmbito da educação e dos sistemas educativos.

¹⁴ Ano da Revolução dos Cravos, 25 de Abril de 1974.

A imprensa pedagógica apresenta-se, neste trabalho, como a fonte de informação estruturante e central para a interpretação que fomos construindo de modo centrado nos objetivos a que nos propusemos - (i) identificar e compreender os discursos produzidos sobre o lugar e o estatuto da criança na pedagogia da infância; (ii) e refletir sobre a criança nos ideários pedagógicos em Portugal em 1996, 1997 e 1998.

Na verdade, o conjunto das entrevistas analisadas permitiram evidenciar vários autores que colocaram a educação de infância como parte central do processo de construção da sociedade contemporânea portuguesa. As entrevistas apontaram em diversos sentidos que hoje, no século XXI, se reconhecem como identitários da educação pré-escolar e da sua pedagogia, nomeadamente:

- (i) a ideia de que a educação pré-escolar não pode ser considerada uma etapa isolada da vida da pessoa-criança, mas que a mesma se integra na educação básica e no sentido da educação ao longo da vida;
- (ii) a evidência de questões como a igualdade de oportunidades no acesso e na qualidade de respostas educativas que é preciso garantir através das políticas e das práticas educativas;
- (iii) a acentuação da necessidade de não preescolarizar os contextos educativos dedicados à infância (3 a 6 anos) e de destacar a brincadeira e a arte na educação das crianças mais novas;
- (iv) a antevisão de uma pedagogia em que a criança deve ocupar um lugar central;
- (v) o destaque das questões da multiculturalidade e da educação que prepare as crianças para os desafios da cidadania de plenos direitos.

Face a estas conclusões, pode afirmar-se que os CEI, dedicados aos profissionais e envolvidos na educação, particularmente na educação de infância, discutiram nos anos finais da década de 90 do século XX, na rubrica Entrevista, um conjunto de aspectos centrais da educação pré-escolar que hoje, no século XXI, se consideram estruturantes e importantes alicerces nas respostas de qualidade que a sociedade deve à criança. Através das vozes dos entrevistados é visível intuir o lugar e o estatuto da criança, que hoje apontam de modo mais claro para a sua centralidade nas políticas e nas práticas educativas, pelo menos em termos dos discursos, e é possível intuir a criança como pessoa competente nos ideários pedagógicos no Portugal em transição do século XX para o século XXI.

Fica demonstrado através deste trabalho que a imprensa pedagógica permite identificar as ideias e as práticas que circulam num determinado tempo e contexto, pois permite revisitá-las e interpretá-las, e como dizem Rocha e Felgueiras (2018, p. 250) “a natureza pedagógica da sua informação, confere-lhe um carácter singular e insubstituível na história da educação,

estando na maioria dos casos, na presença de relatos informativos muito próximos dos problemas e acontecimentos escolares”.

REFERÊNCIAS

ADÃO, Áurea. **A Educação nos artigos de jornal durante o Estado Novo (1945-1969): um repertório cronológico, temático e onomástico**. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2012.

CARDONA, Maria. João. **Educação de Infância. Formação e desenvolvimento profissional**. Chamusca: Edições Cosmos, 2006.

FERREIRA, António Gomes; MOTA, Luís. Educação de infância e política educativa em Portugal no último cartel do século XX. **Educação e Democracia. Estudos do século XX**, n.º 14, p. 33-50, 2014.

FORMOSINHO, João; MONGE, Graciete; OLIVEIRA-FORMOSINHO, Júlia. **Transição entre ciclos educativos: uma investigação praxeológica**. Porto: Porto Editora, 2016.

HENRIQUES, Henriques; MARCHÃO, Amélia. Educação para a igualdade de género: leituras a partir da realidade de cinco jardins de infância do distrito de Portalegre, Portugal. **Foro de Educación**, 14(20). doi: <http://dx.doi.org/10.14516/fde.2016.014.020.017>, pp. 339-360, 2016.

HERNÁNDEZ DÍAZ, José María. **Prensa Pedagógica y Patrimonio Histórico Educativo**. Salamanca: Ed. Universidad de Salamanca, 2013.

HERNÁNDEZ DÍAZ, José María. **Prensa Pedagógica, mujeres, niños, sectores populares y otros fines educativos**. Salamanca: Ediciones Universidad Salamanca, 2018.

HERNÁNDEZ DÍAZ, José María. **La Prensa Pedagógica de los Profesores**. Salamanca: Ediciones Universidad Salamanca, 2018a.

MARCHÃO, Amélia; HENRIQUES, Helder; HERNÁNDEZ DÍAS, José María. Educação Pré-escolar em Portugal: um olhar através do periódico "Escola Democrática" (1975-1989). In: HERNÁNDEZ DÍAS, José María (Ed.). **Prensa Pedagógica, mujeres, niños, sectores populares y otros fines educativos**. Salamanca: Ediciones Universidad Salamanca, p. 603-612, 2018.

MARCHÃO, Amélia. **No jardim de infância e na escola do 1.º ciclo do ensino básico**. Gerir o currículo e criar oportunidades para construir o pensamento crítico. Lisboa: Edições Colibri, 2012.

NÓVOA, António (Dir.). **A Imprensa de Educação e Ensino**. Repertório Analítico (séculos XIX e XX). Lisboa: Instituto de Inovação Educativa, 1993.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, Júlia. Pedagogia(s) da infância: reconstruindo uma praxis de participação. Em Oliveira-Formosinho; J. T. Kishimoto; M. Pinazza, **Pedagogia(s) da**

Infância. Dialogando com o passado. Construindo o futuro. São Paulo: Artmed, p. 13-36, 2007.

OLIVEIRA-FORMOSINHO, Júlia; FORMOSINHO, João. **Pedagogia-em-Participação: a perspectiva educativa da Associação Criança.** Porto: Porto Editora, 2013.

ROCHA, Juliana; FELGUEIRAS, Margarida. O movimento associativo normalista do Porto na República. In: HERNÁNDEZ DÍAS, José María (Ed.). **Prensa Pedagógica, mujeres, niños, sectores populares y otros fines educativos.** Salamanca: Ediciones Universidad Salamanca, p. 249-271, 2018.

SILVA, Carlos Manique. **Publicações Periódicas do Ministério da Educação.** Repertório Analítico (1861-2009). Porto: Universidade do Porto. Faculdade de Letras. Biblioteca Digital, 2010. Disponível em <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/6479>. Acesso em: 10 dez.

SILVA, Isabel (Coord.); MARQUES, Liliana; MATA, Lurdes; ROSA, Manuela. **Orientações curriculares para a Educação Pré-escolar.** Lisboa: Ministério da Educação/Direção-Geral da Educação (DGE), 2016.

Imprensa pedagógica – espólio em análise

CEI. Entrevista. Uma entrevista com Rui Canário, conduzida por Teresa Ferrão e Helena Mota. **Cadernos de Educação de Infância**, n.º 38, p. 4-11, 1996.

CEI. Entrevista. Teresa Vasconcelos, entrevista conduzida por Assunção Folque, Conceição Maya, Helena Mota e Teresa Ferrão. **Cadernos de Educação de Infância**, n.º 39, p. 24-32, 1996.

CEI. Entrevista. Jorge Listopad. Entrevista conduzida por Helena Martinho e Helena Mota. **Cadernos de Educação de Infância**, n.º 40, p. 4-8, 1996.

CEI. Entrevista. “Nós somos seres da briga” – Entrevista com o pedagogo brasileiro Paulo Freire. José Pedro Serafim. **Cadernos de Educação de Infância**, n.º 42, p. 4-8, 1997.

CEI. Entrevista Maria da Conceição Moita. Entrevista conduzida por Joana Campos. **Cadernos de Educação de Infância**, n.º 43, p. 4-9, 1997.

CEI. Entrevista. João Brites. Entrevista conduzida por Clara Amaro e Joana Campos. **Cadernos de Educação de Infância**, n.º 45, p. 4-6, 1998.

CEI. Entrevista. João Barrosos. Entrevista conduzida por Maria Filomena Santos e Teresa Ferrão. **Cadernos de Educação de Infância**, n.º 46, p. 4-11, 1998.

CEI. Entrevista. Ministro da Educação Marçal Grilo. Entrevista conduzida por Filomena Santos, Henrique Santos, Teresa Ferrão. **Cadernos de Educação de Infância**, n.º 47, p. 4-10, 1998.

CEI. Entrevista. Maria Joaquina Madeira, Directora Geral da Acção Social do Ministério do Trabalho e Solidariedade. **Cadernos de Educação de Infância**, n.º 48, p. 4-10, 1998.

SOBRE OS AUTORES:**Helder Henriques**

Professor adjunto da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Portalegre e é Investigador integrado do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra (Ceis20) no Grupo de Políticas e Organizações Educativas e Dinâmicas Educacionais (GRUPOEDE). É pós-doutorado em Educação pela Universidade de Salamanca e pela Universidade de Coimbra. É doutor pela Universidade de Coimbra. E-mail: helderhenriques@ippportalegre.pt

 <http://orcid.org/0000-0002-0519-0304>

Amélia Marchão

Professora adjunta da Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Portalegre (IPP) e é investigadora do VALORIZA-IPP (Centro de Investigação para a Valorização de Recursos Endógenos). É pós-doutorada em Educação pela Universidade de Salamanca, Espanha, e doutora em Ciências da Educação pela Universidade de Aveiro, Portugal. E-mail: ameliamarchao@ippportalegre.pt

 <http://orcid.org/0000-0003-3424-9392>

Recebido em: 01 de março de 2019
Aprovado em: 11 de maio de 2019
Publicado em: 01 de janeiro de 2020